

derada uma feliz adaptação do coronelismo, política patrono-cliente, que tinha e orquestrá-la o presidente do Estado". (3) A Comissão Executiva do PRM, a TARASCA, (*) constituía um "collegium" de intermediários do poder, que tinha sob seu comando os coronéis. Estes, na qualidade de chefes locais, governam as cidades e os municípios e carreavam votos para os candidatos aprovados pela "máquina" eleitoral. Para o Partido, o apoio dos líderes locais era um fator fundamental na manutenção do sistema, pois, sem esse apoio, a política local poderia tornar-se um jogo de luta de forças entre coronéis, a exemplo do que ocorreu na Bahia, o que poria em risco toda a engrenagem.

Os coronéis, por sua vez, dependiam do presidente para manter seu prestígio, uma vez que não dispunham de autonomia financeira. A Constituição de 1891 retirou dos municípios a autonomia de arrecadação e controle da renda e passou ao Estado, o que reforçou o poder dos governadores. Detendo o controle do orçamento e das nomeações públicas, grande era o poder de barganha do presidente junto aos chefes locais, que em troca de favores lhe garantiam o voto. Este poder de barganha foi uma das táticas mais utilizadas em Minas para a manutenção do sistema político. Dispondo de uma receita razoável, o presidente oferecia sempre alguma coisa a cada região — uma escola, prédio para o fórum, uma casa de saúde, etc.. Claro está que a zona da Mata e do Sul, as mais ricas, recebiam a maior parte dos benefícios pois pagavam a maior parte dos impostos e dominavam o PRM.

O Partido Republicano controlava as nomeações, inti-

(*) A palavra TARASCA tem entre outros significados, o de espada velha e segundo o Dr. José Bonifácio Lafaiete de Andrada, em entrevista à autora, exprime com fidelidade o sistema de funcionamento da máquina eleitoral do PRM.

mitava a imprensa, cooptava clubes cívicos e grupos de pressão, como o dos cafeicultores, por exemplo. Para os coronéis, havia apenas uma ordem: nunca se opor ao governador. Qualquer dissensão, qualquer ato de rebeldia era punido nas urnas.

A fase entre 1898 e 1929 é o período de ouro das oligarquias rurais mineiras. Nela ficaram famosos, entre outros, Elias Fortes, chefe político em Barbacena, Francisco Sales, a quem deviam favores um sem-número de coronéis, Francisco Brásane, secretário do partido, a quem competia elaborar as listas de votação.

É interessante observar que o PRM nunca foi um bloco monolítico (o que seria difícil em face das peculiaridades do Estado): era, como já foi dito, um colegiado dos principais chefes regionais. Nunca é demais repetir que em Minas os grupos políticos se formavam em torno de interesses regionais, reforçados por laços de parentesco e amizade; não havendo diferenças significativas entre os grupos voltados para a produção rural ou para a produção pecuária, por exemplo. Esse colegialismo era normalmente sacudido por conflitos na época da sucessão, mas sempre a fim de manter-se unida frente ao Congresso Federal. Esse fato colocava Minas em excelente posição para defender e promover seus interesses junto à União, em troca de apoio político. Como o estado mais populoso da Nação, Minas Gerais possuía o maior eleitorado e ocupava o primeiro lugar no número de cadeiras do Congresso, 37, em relação às 22 ocupadas por São Paulo e Bahia e às 16 preenchidas pelo Rio Grande do Sul. Desde 1922, por seu contingente populacional, vinham de Minas pelo menos 20% de todos os votos depositados nas urnas em eleições presidenciais.

Essa força eleitoral, associada a uma bancada numericamente gran-